

A evidenciação do ativo imobilizado das empresas listadas nos segmentos de mercado Bovespa Mais e Bovespa Mais 2.

Agnello Rufino da Silva Junior¹
Jose Gumerindo dos Santos Pinho²
Rubens Carlos Rodrigues³

RESUMO

Este estudo teve por objetivo verificar a conformidade das notas explicativas, sobre o ativo imobilizado, das empresas pertencentes aos segmentos Bovespa Mais e Bovespa Mais 2. Utilizou-se como parâmetro os itens de divulgação obrigatória do CPC 27. Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa e documental, com dados secundários, coletados no *site* da BM&FBOVESPA, e análise de conteúdo. Os resultados inferem que as empresas mensuram seus ativos imobilizados pelo custo histórico e utilizam o método linear no cálculo da depreciação, algumas empresas têm boas frequências de evidenciação enquanto outras deixam de divulgar dados importantes. Pelo estudo sugere-se que as empresas ainda estão se adequando à normatização vigente no tocante aos ativos imobilizados.

Palavras-chave: BOVESPA. CPC 27. Ativo Imobilizado. Evidenciação.

1. INTRODUÇÃO

A informação sempre foi primordial na tomada de decisão de uma empresa. Simplificar essa informação, para que os diversos públicos tenham acesso aos dados das empresas, é um dos objetivos da contabilidade, pois a mesma registra, estuda, analisa e interpreta a situação financeira e patrimonial de pessoas físicas e jurídicas, apresentando, relatórios sob forma de demonstrações contábeis (GRECO; AREND, 2001).

A globalização das economias e dos mercados proporcionou a internacionalização das empresas, mas exigiu a uniformização das práticas contábeis, a fim de facilitar a análise dos dados e da situação pela qual passa a empresa naquele momento e ajudar a prever cenários futuros. A existência de vários modelos contábeis no mundo dificulta a uniformização das regras entre os países (LEMES E SILVA, 2007).

O Brasil optou por converter as normas contábeis vigentes (Lei 6.404/76) para as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (Iasb) e implementadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos órgãos regulamentadores brasileiros, através das Leis 11.638/2007 e 11.941/ 2009.

As mudanças das normas contábeis refletiram em novas práticas com relação ao reconhecimento dos elementos patrimoniais (IUDÍCIBUS *et al.* 2010) e na melhoria na qualidade da informação contábil e influencia diretamente o nível de evidenciação da informação (VIEIRA, 2010).

¹ Universidade Federal do Piauí – UFPI

² Universidade Federal do Ceará – UFC

³ Universidade Federal do Ceará – UFC

A qualidade e o nível de evidenciação da informação influenciam diretamente na governança da empresa, pois essa tem como ponto central a transparência da organização. Embora a governança corporativa seja um elemento de boa gestão das empresas nos dias atuais, a divulgação dos demonstrativos contábeis é exigida (pela legislação brasileira) somente para as empresas que tem capital aberto (sociedades anônimas).

Diante desse contexto, de transição das normas e de evidenciação de elementos de governança, destaca-se o ativo imobilizado, que pela sua importância pode afetar significativamente as estruturas das empresas. Nessa linha, principalmente no que se refere à relevância das informações divulgadas sobre o imobilizado, este estudo busca responder à seguinte questão: **A evidenciação do ativo imobilizado, das empresas listadas nos segmentos Bovespa Mais e Bovespa Mais 2, em suas notas explicativas, estão em conformidade com o CPC 27?**

O objetivo desta pesquisa é verificar se as notas explicativas das empresas objeto de estudo estão em conformidade com as normas do CPC 27. A relevância da pesquisa está na abordagem de segmentos de mercado ainda incipiente, direcionado para empresas ingressantes no mercado de ações, e por isso devem apresentar informações confiáveis a fim de despertar o interesse dos futuros investidores.

O artigo, além desta introdução, apresenta na segunda seção o referencial teórico, a terceira seção descreve a metodologia; a quarta seção apresenta a análise dos dados; e, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A convergência das regras contábeis

A comunicação da contabilidade com seus usuários é feita através da divulgação. Essa evidenciação deve-se apresentar de maneira clara e precisa de forma que atenda aos anseios da tomada de decisão financeira e econômica das empresas, e, também, que englobe a prestação de contas à sociedade (DIAS; RODRIGUES; COLAUTO 2011).

Segundo Lemes e Silva (2007), uma série de fatores concorre para tornar difícil a compreensão dos relatórios contábeis por parte dos usuários, entre eles estão: os diferentes modelos contábeis dos países, a proximidade política e econômica entre as nações, os sistemas legais, os níveis de inflação, a complexidade das empresas, o nível de sofisticação da administração e da comunidade financeira, o grau geral de educação e a própria cultura de cada país.

A tentativa de convergência das normas contábeis a um conjunto geral e abrangente tem por objetivo derrubar essas barreiras, melhorar a comunicação e compreensão dos relatórios das empresas e atrair maior volume de investimentos através de informações confiáveis e comparáveis.

Nesse contexto e no âmbito normativo e regulatório, foi criado o IASB (*International Accounting Standards Board*), que passou, então, a publicar, numa série de pronunciamentos, as normas que passaram a ser consideradas como padrões contábeis internacionais, denominadas de IFRS (*International Financial Reporting Standards*), traduzidas no Brasil como Normas Internacionais de Contabilidade.

Através das Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009, deu-se início à conversão das normas brasileiras com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), que são implementadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos órgãos regulamentadores brasileiros.

Para Iudícibus *et al.* (2010), a primazia da essência sobre a forma, é o grande diferencial dos documentos emitidos pelo CPC. Vieira (2010), afirma que o processo de convergência para as normas internacionais influencia diretamente o nível de evidenciação da informação melhorando a qualidade da mesma. O CPC 27, que trata das normas do ativo imobilizado é fruto dessa convergência, e evidencia a importância da conta para o patrimônio das companhias.

2.2 O ativo imobilizado

A redação dada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, extinguiu Ativo Permanente como grupo do Ativo. Os seus subgrupos (Imobilizado, Investimentos e agora o Intangível) passam a integrar o Ativo Não circulante (SILVA, 2010).

Entre as principais mudanças que afetam o ativo imobilizado, está a vedação da prática de reavaliação espontânea de ativos, a necessidade de realizar ao final de cada exercício o teste de *impairment* e a determinação de ajuste ao valor presente de ativos e passivos (SILVA, 2010). Além disso, “os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação devem ser revisados e ajustados” (BRAGA et al. 2011, p.111).

O ativo imobilizado é definido, no CPC 27, como um item tangível que pode ser mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, além disso, espera-se utilizá-lo por mais de um período. O mesmo pronunciamento traz uma série de informações que compõem o registro do ativo imobilizado no patrimônio da empresa. Os itens, sobre o ativo imobilizado, considerados obrigatórios para divulgação nas notas explicativas estão relacionados no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Check list das informações, de acordo com o CPC 27

CPC 27	Código	Itens de Divulgação
73 (a)	1	Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto.
73 (b)	2	Os métodos de depreciação utilizados.
73(c)	3	As vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas.
73 (d)	4	O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período.
73 (e)	5	A conciliação do valor contábil no início e no final do período.
74 (a)	6	A existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de <i>leasing</i> .
74 (b)	7	O valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção.
74 (c)	8	O valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados.
74 (d)	9	O valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado.
75 (a)	10	A depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período.
75 (b)	11	A depreciação acumulada no final do período.
76	12	A natureza e o efeito de uma mudança de estimativa contábil que tenha impacto no período corrente ou em períodos subsequentes.

Fonte: CALIMAN, 2015

As entidades devem observar o que dispõe o CPC 27 ao classificar um ativo imobilizado. Todos os itens tratados no Quadro 1 contemplam as características para a mensuração e evidenciação do ativos imobilizados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo procurou verificar a evidenciação dos critérios utilizados para a mensuração contábil dos itens do ativo imobilizado das empresas listadas nos segmentos da Bovespa Mais e Bovespa Mais nível 2, tendo como referência o Pronunciamento Técnico CPC 27 e as notas explicativas das empresas pesquisadas.

Configura-se como uma pesquisa descritiva, pois “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL 2002); também documental, pois utilizou-se de documentos ainda não analisados, com coleta de dados secundários - demonstrações financeiras padronizadas e as notas explicativas publicadas pelas empresas selecionadas no estudo. Para a análise dos dados optou-se pela técnica qualitativa e análise de conteúdo.

Os sujeitos da pesquisa compreenderam as empresas listadas nos segmentos de mercado Bovespa Mais e Bovespa Mais nível 2, utilizando-se como recorte temporal os períodos fiscais de 2014 e 2015.

Analisou-se todas as empresas listadas nos dois segmentos citados, totalizando 15 empresas, sendo 13 empresas do segmento Bovespa Mais e 2 empresas do segmento Bovespa Mais nível 2.

A escolha desses segmentos deu-se por tratar-se de empresas com potencial de crescimento e que desejam ingressar no mercado de capitais de forma gradativa, além de serem mais adequados para empresas de todos os setores e portes que pretendam interagir com o mercado de capitais, aumentar sua visibilidade e despertar interesse dos investidores, independentemente da realização imediata de uma oferta pública de distribuição de ações (BM&FBOVESPA, 2014).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados do estudo. Inicialmente, as características das empresas estudadas.

Quadro 2 - Características das empresas estudadas

	Empresa	Estado	Ramo de atividade	Atividade principal	Auditoria Independente
	Bovespa mais				
A	Biom S.A.	MG	Indústria	Farmacêutico e higiene	ERNST & YOUNG
B	Br home Center S.A.	GO		Participação em outras sociedades	PWC
C	Brq soluções em informática S.A.	SP	Serviços	Tecnologia	KPMG
D	Cia aguas do brasil S.A.	SP	Serviços	água e esgoto	KPMG
E	Cinesystem S.A.	PR	serv/comercio	cinema/bomboniere	KPMG
F	Centro de tecnologia canavieira S.A.	SP	ind/comercio	pesquisa agrícola	KPMG
G	Forno de minas alimentos S.A.	MG	ind/com/serv	Diversos	Delloite
H	Maestro locadora de veículos S.A.	RJ	Serviços	locação veículos	KPMG
I	Nortec quimica S.A.	RJ	ind/com/serv	Químico	KPMG

J	Nutriplant industria e comercio S.A.	SP	ind/ com/ importação	Fertilizantes	HOLDER AUDITORES INDEPENDENTES S/S
L	Quality software S.A.	RJ	serviços	tecnologia da informática	RSM ACAL Auditores Independentes SS
M	Senior solution S.A.	SP	serviços	Informática	PWC
N	Statkraft energias renováveis S.A.	SC		Participação em outras sociedades de energia elétrica	PWC
	Bovespa mais 2				
O	Altus sistemas de automação S.A.	RS	ind/com/serv	automação com e engenharia	PWC
P	Pratica participações S.A.	MG		Participação em outras sociedades	BDO RCS Auditores Independentes SS

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1 Análise das características das empresas estudadas

Observa-se pelo Quadro 2 que das quinze empresas estudadas, treze participam da listagem da Bovespa Mais e duas estão no nível da Bovespa Mais 2. Essa escolha foi proposital para que todas de ambos os segmentos fosse verificadas. Preferiu-se um censo das empresas. Outra característica é que a maioria (73,33%) tem sede na região sudeste do Brasil, uma possível explicação seria a preferência pelo nível de desenvolvimento da região e a proximidade com os grandes mercados brasileiros e internacionais. Existe um predomínio pelo ramo de serviços, mas algumas também informam que são possuem indústrias e comércio. Quanto às atividades principais foi encontrada uma grande diversidade que vai de indústria “pura” até a participação em outras sociedades como acionistas. E uma das características marcantes em todas é a presença da auditoria externa, o que é uma exigência da Bovespa para que a empresa possa participar dos segmentos relacionados. Encontrou-se, também, uma preferência pela auditoria das chamadas “Big Four”, pois 12 empresas (80%) contratam essas empresas para avaliar seus demonstrativos, o que é um ponto positivo para a qualidade das informações das empresas.

4.2 Composição do ativo imobilizado

Objetivando analisar as características do ativo imobilizado sobre o ativo total de cada empresa e dos segmentos procedeu-se o uma relação com o ativo total. Os resultados são apresentados no quadro 3, com a composição do imobilizado para dois períodos.

Quadro 3 – Composição do Ativo Imobilizado

Empresa	Total do Ativo 2014	Total Imobilizado 2014	%	Total do Ativo 2015	Total Imobilizado 2015	%
BOVESPA MAIS						
BIOMM S.A.	179.564	31.443	17,51	229.673	64.625	28,14
BR HOME CENTER S.A	333221	52591	15,78	349.474	61077	17,48
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A	160.678	14.830	9,23	158.702	11.661	7,35
CIA AGUAS DO BRASIL S.A	1.637.121	16.337	1,00	1.605.965	16.862	1,05
CINESYSTEM S.A.	87.839	68.481	77,96	89.760	73.507	81,89
CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A	274.172	85.770	31,28	458722	133.718	29,15

FORNO DE MINAS ALIMENTOS S.A	154.518	71.258	46,12	179.746	87.122	48,47
MAESTRO LOCADORA DE VEICULOS S.A	99.379	67.483	67,90	107.728	74.131	68,81
NORTEC QUIMICA S.A.	91.931	22.275	24,23	134.806	41.717	30,95
NUTRIPLANT INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	95.778	14.414	15,05	79.924	14.184	17,75
QUALITY SOFTWARE S.A.	16.770.900	1.227.724	7,32	42.504.097	2.058.997	4,84
SENIOR SOLUTION S.A.	85.230.257	880.821	1,03	98.204.457	762.460	0,78
STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	1.732.263	1.142.404	65,95	1.517.310	1.025.744	67,60
BOVESPA MAIS 2						
ALTUS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S.A.	202.304	13.211	6,53	201.576	12.175	6,04
PRATICA PARTICIPAÇÕES S.A	93.971	32.638	34,73	97.054	33.867	34,90
MEDIA	7.142.926	249.445	28,11	9.727.933	298.123	29,68

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pelo quadro nota-se que as empresas apresentaram um imobilizado médio em torno de um terço de seu ativo total, ficando, no geral, em 28,11% no período de 2014 e de 29,68% em 2015. As empresas do segmento Bovespa Mais mantiveram o imobilizado em torno de 26,6% em 2014 e 31,10% em 2015. Para o segmento Bovespa Mais 2 os percentuais ficaram em torno de 20,63% em 2014 e 20,47% em 2015. Verificou-se também que, individualmente, há uma grande diversidade de investimentos no imobilizado, que variam de 1% a 80%, dependendo do ramo de atuação e das atividades das empresas. Nos segmentos, me geral, há uma homogeneidade de investimentos em imobilizado, sem mudanças significativas de um período para o outro e com um percentual significativo em torno de 30%.

4.3 Evidenciação dos itens do ativo imobilizado

Para demonstrar a evidenciação do ativo imobilizado utilizou-se o *check list* desenvolvido por CALIMAN, 2015, apresentado no quadro 1 acima. Os itens de divulgação são identificados, na vertical, pelos códigos de 1 a 12 e as empresas (na horizontal) pelas letras de A a P, conforme ordem apresentada no quadro 2. A marcação “S” (Sim) é assinalada para os itens em que a empresa evidenciou corretamente e com “N” (Não) quando a empresa não evidenciou adequadamente os critérios estabelecidos pelo CPC 27. Ao final apresenta o somatório dos itens do CPC 27 mais atendidos pelas empresas.

Quadro 4 - Informações divulgadas de acordo com o CPC 27

Item cpc27	Código	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
73(a)	1	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
73(b)	2	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
73(c)	3	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
73(d)	4	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
73(e)	5	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
74(a)	6	N	N	S	S	S	N	S	N	N	N	N	N	S	N	S
74(b)	7	S	N	N	N	S	S	S	N	S	N	N	N	S	N	S
74(c)	8	S	N	N	N	N	S	S	N	N	N	N	N	S	S	S
74(d)	9	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

75(a)	10	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
75(b)	11	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
76	12	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
TOTAL		9	6	8	8	9	9	10	7	8	7	7	7	10	8	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme informações do quadro 4, pode-se extrair que as empresas avaliadas tiveram boa frequência de divulgação dos itens do imobilizado em suas notas explicativas. Embora nenhuma delas tenha obtido a pontuação máxima de itens evidenciados, 66,66% tiveram entre 8 e 10 itens divulgados. O motivo da não divulgação, por uma razão ou outra não foi informado. As empresas com maior frequência de divulgação foram: Forno de Minas Alimentos S.A.; Statkraft Energias Renováveis S.A. e Pratica Participações S.A.

Os itens com 100% de atendimento pelas empresas foram os relativos aos critérios de mensuração e a depreciação, itens 73 (a, b, c, d, e) e 75 (a).

Para 14 empresas (93,33%) o custo do ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico e somente uma empresa (6,64%) informou que registra o imobilizado pelo custo atribuído. Todas as empresas informaram que utilizam o método linear para o cálculo da depreciação. Seis empresas (40%) divulgaram a taxa de depreciação para seus itens do imobilizado, enquanto oito empresas (53,33%) apresentaram as vidas úteis dos mesmos e somente uma (6,66%) divulgou tanto as taxas de depreciação quanto as vidas úteis. As empresas também apresentaram os valores contábeis e suas conciliações no início e final do período. Em relação as operações de *leasing* apenas seis empresas (40%) declararam adquirir ativos mediante esse tipo de operação. Sete das pesquisadas (46,66%) informaram em suas notas o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção. Seis empresas (40%) divulgaram o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados. Nenhuma das empresas publicou os itens 74 (d) e 76 do CPC 27, que equivalem ao valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado; nem a natureza e o efeito de uma mudança de estimativa contábil que tenha impacto no período corrente ou em períodos subsequentes. Resultado também encontrado no trabalho de CALIMAN, 2015. Quanto o reconhecimento da depreciação no resultado ou como parte do custo de outros ativos, somente nas notas explicativas de uma empresa não foi encontrada tal informação. Todas apresentaram a depreciação acumulada no final do período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de verificar a conformidade das notas explicativas das empresas pesquisadas com as normas do CPC 27, no ano de 2015 e após a convergência às normas internacionais de contabilidade. As empresas analisadas pertencem a dois segmentos de listagem da Bovespa denominados de Bovespa Mais e Bovespa Mais 2. A análise foi norteada pelos itens de divulgação obrigatória do ativo imobilizado normatizado no CPC 27.

Em relação ao atendimento total, nenhum das empresas divulgou todos os itens no período analisado. Mais da metade das pesquisadas cumpriu grande parte da exigência de divulgação do ativo imobilizado. Destaque para as empresas Forno de Minas Alimentos S.A.; Statkraft Energias Renováveis S.A. e Pratica Participações S.A., que conseguiram a maior pontuação dentre todas.

Algumas empresas restringiram informações ao que foi solicitado pela normatização, provocando carência de dados e informações.

Em termos gerais, pode-se concluir que as empresas estão ainda em processo de adequação as normas internacionais. Uma possível explicação para tal afirmativa é que os segmentos analisados são segmentos de mercado ainda recentes e direcionados para empresas ingressantes, aquelas que buscam os primeiros contatos com o mercado de ações, portanto, melhorias nas divulgações são necessárias e importantes futuramente.

As limitações desta pesquisa ficam por conta da restrição do período (2014-2015) e do campo de estudo (segmentos Bovespa Mais e Bovespa mais 2). Como sugestão para estudos futuros, deve-se ampliar o período temporal, bem como comparar com amostras de outros segmentos do mercado de ações. Outra sugestão é verificar a influencia das auditorias externas (*big four*) com os níveis e a qualidade da evidenciação.

REFERÊNCIAS

BOFF, M. L.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Informações recomendadas pelo parecer de orientação nº 15/87 da CVM no relatório da administração de empresas familiares de capital aberto. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 6, n. 3, p. 247-257, 2009. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos82008/69.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

BM&FBOVESPA . Disponível em http://bvmf.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/BOVESPAMais_folder.pdf. Acesso em 02 nov. 2016.

BRAGA, J. P.; ARAUJO, M. B. V.; MACEDO, M. Á. S.; CORRAR, L. J. Análise do impacto das mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.8, n.15, p. 105-128, jan./jun., UFSC, Florianópolis, 2011. ISSN 1807-1821.

BRASIL. Lei n.º 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários [...]; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm . Acesso em: 16 set. 2016.

CALIMAN, Lorena. Disclosure sobre o ativo imobilizado: uma análise das notas explicativas das empresas do segmento de siderurgia listadas na BM&FBOVESPA.

Revista brasileira de contabilidade, Ano: XLIV, nº 216, p. 81, Novembro/Dezembro de 2015.

DIAS, Warley de Oliveira; RODRIGUES, Luciana Alves; COLAUTO, Romualdo Douglas. Evidenciação de informações financeiras nos formulários 20-F. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 7, n. 1, p. 6-19, jan./mar., 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. 9ª edição. Porto Alegre. Editora Sagra Luzzatto. 2001.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, Sirlei; SILVA, Miriã Gonçalves e. A experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.18, n.3. p.37-58, 2007.

MAZZIONI, S. et al. Analysis of accounting measurement of fixed assets of machinery and equipment companies listed on BM&FBOVESPA. In: International Conference on Information Systems and Technology Management - CONTECSI, 10., 2013, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2013. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/contecsi/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/PDFs/022.pdf. Acesso em: 11 out. 2016.

REIS, L. G.; NOGUEIRA, D. R. Disclosure do Ativo Imobilizado: Análise das práticas pelas empresas do Novo Mercado considerando o CPC 27. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v. 3, n. 4, pp. 54-67, jan./jun. 2012.

SILVA, A. A. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, R. B. **Impactos da implantação parcial do IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto**. Dissertação de Mestrado - USP/Ribeirão Preto - 2010.

WINK, Eduardo et al. Evidenciação das Contas do Ativo Imobilizado: um estudo em empresas listadas na BM&Bovespa. **Estudos**, v. 40, n. 1, p. 121-133, 2013.